

ELOGIO DE FRONTEIRAS, MALDIÇÃO DE CRISES.

VELASCO, Suzana. *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexa entre securitização, cidadania e identidade transnacional*. Campina Grande: Eduepb, 2013. 188p.

Daniel Afonso da SILVA*

Identidade pela alteridade vem servindo de tópicana analítica desde os momentos mais imemoriais do Ocidente. Mas foi com Aristóteles que essa operação ganhou franca sistematização. Nos tempos áureos do império romano, a prática da identificação pela diferença chegou à sua vigência plena. No entender dos romanos, os não romanos estavam fora do mundo. Os romanos, como sabido, não se consideravam o centro do mundo e sim o próprio mundo. Os alheios ao seu território tinham a denominação de bárbaros. Aqueles destituídos de civilização que erravam balindo pelo deserto.

A corrosão do império romano pelas ganâncias internas das cidades-estados e pela repugnância externa dos demais povos – entre eles, os turcos, otomanos –, cansados de humilhação, galvanizou o caminho para a multiplicação da oficialização de estados, identidades e diferenciações.

Depois de Maquiavel retirar o véu sacro do poder, os estados foram se definindo pela força, pela soberania e pela fronteira. As guerras religiosas ainda foram protagonistas no século de Shakespeare, o 16, e no de Gongora e Lope de Vega, o 17. Precisou o engenho de Richilieu e a astúcia de Cromwell para se afirmar os estados e suas nações como medidas dos conflitos. Dos versos de Dante à prosa de Voltaire aos ensinamentos de Kant e Hegel, florentinos, milaneses, genoveses, germânicos, espanhóis, britânicos, franceses foram ficando mais e mais diferentes. Tanto que Racine, para ficar apenas num exemplo, escreveu *Britanicus* para demarcar suas diferenças francesas das gentes d'além-Mancha.

A crítica que produziu o iluminismo que conduziu à crise que ceifou o estado absolutista para dar fim ao antigo regime fez emergir o tempo dos cidadãos. Esse tempo marca a modernidade e a contemporaneidade que nos toca ainda hoje viver. Nestes aproximados duzentos anos, identidade, cidadania, nação, estado nacional, soberania, fronteira, poder, se mantiveram como assuntos, temas e problemas, permanentemente

atuais. Tanto para analistas como para tomadores de decisão. Imerso nessa discussão, o tópico imigração vem ganhando força e dignidade.

Importante como fenômeno, a imigração ocorre desde sempre. Basta recorrer ao *Exodus*, logo após *Gênesis*, nas Sagradas Escrituras. Mas com a constante redefinição do estado do mundo, e da Europa, a partir de fins do século 14, e depois de fins do século 18, e depois do pós-1945, imigrar foi se transformando em discussão hipersensível.

A grande viagem que permitiu a construção e efetivação da União Europeia tornou o fenômeno mais e mais substantivo. Nesse sentido, discuti-lo com maior precisão e retidão vem ficando cada vez mais necessário. E esse foi o objetivo de Suzana Velasco em seu belo *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional*.

Fruto de uma tese de mestrado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, *Imigração na União Europeia* foi laureado com o prêmio da Associação Brasileira de Relações Internacionais conferido aos melhores trabalhos do gênero defendidos na área. Como comenda, a série Relações Internacionais da Editora da Universidade Estadual da Paraíba – RI-EDUEPB publicou o estudo.

Muitíssimo bem acabado do ponto de vista gráfico e editorial, o livro merece reconhecimento pelo esmero da forma e pela feliz escolha do conteúdo. De apresentação fluente e inteligente, o texto acaba demonstrando afabilidade da autora no trato com palavras e conceitos.

O objeto direto do livro recai sobre o processo de securitização da imigração com a afirmação do imigrante como ameaça diante da intensificação da mobilidade de pessoas no interior da União Europeia. A essência da discussão aborda o dilema da construção de uma verdadeira identidade transnacional para a realidade europeia atual. Isso vem disposto em três capítulos carregados de discussão teórica costurada de tentativas de demonstração. Cada conceito – identidade, nação, securitização, cidadania, segurança e outros – recebe uma densa formulação e abordagem em caráter quase filosófico. B. Anderson, E. Balibar, A. Appadurai, Z. Bauman, J. Habermas, G. Agamben, B. Buzan são alguns dos muitos referenciais que a autora demonstra dominar e faz conversar ao longo de sua exposição

O livro é repleto de qualidades. Merece ser lido. Sobretudo por suscitar muita discussão. Mas também possui alguns pontos cegos que clamam por maior reflexão. Ao

menos dois, em meu entender, valeriam, de início, uma melhor e mais demorada avaliação e consideração. Primeiro, fronteiras. Segundo, a crise de 2008.

O núcleo de toda discussão sobre imigração necessita levar em forte conta a discussão sobre fronteiras. Especialmente após a tensão Leste-Oeste, a abertura do muro de Berlim e o conseqüente fim da guerra fria, a agudização da globalização difundiu a impressão, equivocada e tendenciosa, da alvorada de um mundo sem fronteiras. Um mundo plano. Onde pessoas e mercadorias flanassem plenamente por toda parte, sem restrição. Como os estados nacionais estariam perdendo espaço para o “estado mercado” guiado pelo “deus consumo”, fazia-se crer ser mesmo o fim das fronteiras e, conseqüentemente, o fim dos territórios. Daí a voga dos médicos sem fronteiras, jornalistas sem fronteiras, e similares sem fronteiras. Esse arranjo ideológico, produto dos ideólogos da globalização e da financeirização do mundo a qualquer custo, alguns os nominam “neoliberais”, teve grande repercussão entre os países emergentes, tais como o Brasil. No entanto, o incidente do 11 de setembro de 2001 reverteu e arrefeceu total e absolutamente a improcedência desses vendedores de ilusões. Mais que isso, a reação dos Estados Unidos e de seus aliados contra o terror ajudou a evidenciar que para muito além da fortificação de fronteiras mundo afora, desde algum tempo, vem se multiplicando a quantidade de muros e barreiras no lugar das fronteiras.

O princípio essencial da fronteira é sua porosidade. A possibilidade ir e vir. A identificação do outro. A afirmação da alteridade. A plenitude da solidariedade e da hospitalidade. O gesto de acolhimento, ou não, do diferente.

Muros e barreiras correspondem, essencialmente, à negação da fronteira, da solidariedade, da hospitalidade, da porosidade. A ampliação da securitização na construção da União Europeia não representa a confecção de muros e barreiras no espaço europeu. Do contrário. Suzana Velasco indica que sua pesquisa abordaria decisivamente o imigrante vulnerável a deportação. O cidadão, pouco ou nada qualificado, que busca condições de sobrevivência para além de suas fronteiras. Em sua ótica, esses cidadãos vêm sendo criminalizados e condenados *a priori* na União Europeia. Esse argumento até possui validade. Mas não pode desprezar o fato que fronteiras supõem soberania e autonomia. Nesse sentido, pode e deve ocorrer a triagem e a definição de quem deve ou não acessar aquém-fronteiras.

Velasco procura, de maneira louvável e muito competente, promover uma contextualização histórica mais curada das razões de algumas dessas rejeições *a priori*. Mas talvez devesse levar mais em conta as armadilhas o tema acaba por suscitar.

Sem, por exemplo, levar em conta a violência do efeito de brutalização das relações, nacionais e internacionais, após a crise financeira de 2008, o argumento da “securitização” fica muito impotente. Sua componente teórica vira mera abstração. Sem nenhum correspondente real.

A crise financeira, agudizada pela quebra do *Lehman Brothers* em setembro de 2008, não tardou a gerar crise econômica, social, política e institucional em todo espaço europeu – e em seu entorno africano e o oriente médio. Essa conjunção de crises contaminou todos os níveis do envolvimento humano. O desemprego massivo desde então vem promovendo frustração e desilusão estruturais.

Os estados componentes da União Europeia possuem instituições que dependem majoritariamente do sufrágio universal. São democracias. Os representantes do povo são também seus guardiões e garantes. O acirramento da não-permissão de ingresso e permanência de concorrentes para esse povo vem sendo uma tendência quase natural de todos os países acometidos francamente pela crise.

Suzana Velasco poderia avançar sobre esses itens para deixar seu leitor mais ancorado na complexidade do tema, imigração, e do problema, deportação, no espaço europeu contemporâneo. A ausência dessas ponderações não diminui a autoridade de seu ensaio analítico. Mas faz sugerir o assunto em questão tende a ser muito mais delicado que aparenta.